

APROVADO SEM EMENDAS  
Em 14/10/2013  
PRESIDENTE



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS**  
**ESTADO DO CEARÁ**

SECRETÁRIO

**MENSAGEM Nº 20, de 04 de agosto de 2013.**

Senhores Membros da Câmara Municipal,

Em obediência ao prescrito no art. 165, § 1º da Constituição Federal, temos a honra de apresentar à consideração superior desta Augusta Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei, que dispõe sobre o PLANO PLURIANUAL do Município de Nova Russas para o quadriênio de 2014-2017.

O Plano Plurianual, ora submetido à apreciação de V.Exas., compõe o conjunto de programas com seus respectivos objetivos, ações e metas, em conformidade com as diretrizes estratégicas que o Governo Municipal elegeu para o quadriênio 2014-2017. Apresenta, ainda, as prioridades e metas elencadas pela Gestão Municipal, com a validação popular, para o exercício financeiro de 2014, complementando as normas de procedimentos da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o referido ano.

Observamos, para a elaboração do Plano Plurianual do quadriênio de 2014-2017, as orientações metodológicas desenvolvidas pelo Ministério de Orçamento e Gestão, e pela Secretaria do Orçamento e Gestão, primando pelo aprimoramento e pela racionalidade na gestão das ações públicas, para satisfatório cumprimento dos objetivos pretendidos, a partir do gerenciamento eficiente e eficaz dos recursos públicos.

Em conformidade com esse conjunto de técnicas e processos utilizados para elaboração do PPA, a seleção dos programas que compõem este Plano Plurianual foi instrumentalizada por meio do diagnóstico situacional do Município, que possibilitou a organização das ações de enfrentamento dos problemas sociais, elencados a partir da participação dos cidadãos do nova-russanos.

O Poder Executivo está empenhado e comprometido com as medidas que se fizerem necessárias para sanar as finanças públicas municipais e promover a estabilidade financeira, condição indispensável para que os programas aqui propostos possam ter seus

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS - CE

Recebido em 04/08/13 Horas

Raquel Torres  
Funcionário(a) Responsável



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS**  
**ESTADO DO CEARÁ**

objetivos alcançados, e venham a resultar, efetivamente, em benefícios para a população do nosso Município.

Para que esse equilíbrio financeiro seja atingido, o Governo Municipal continuará desenvolvendo medidas alternativas de soluções, através de negociações com os Governos Estadual e Federal, para que, mais rapidamente, as metas de governo mostrem resultados favoráveis.

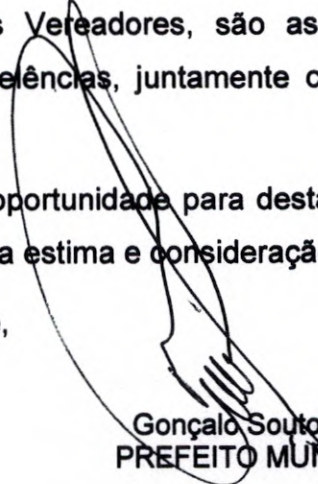
Os programas do PPA atingem o período de quatro anos e, nessa condição, os seus valores são referenciais, devendo ser objeto de orçamentação específica à medida que forem sendo elaborados os orçamentos anuais e suas respectivas Leis de Diretrizes Orçamentárias. Para o atendimento de todos os programas definidos neste Projeto de Lei, prevê-se a aplicação de recursos próprios do Tesouro Municipal, agregados aos indispensáveis recursos provenientes de outras fontes, tais como: transferências voluntárias da União, outras transferências do Estado e da União, e repasses de convênios com os Governos Estadual e Federal, pois sem esses auxílios, os objetivos dos programas do Governo Municipal não serão atingidos em sua plenitude.

Finalmente, este plano tem como fundamento o compromisso com a população de Nova Russas, e com a transparência da aplicação dos recursos da administração pública municipal, tomando a participação e a avaliação popular como mecanismos para o aprimoramento do desenvolvimento econômico-financeiro do nosso Município.

Essas, Senhores Vereadores, são as considerações que submeto à elevada apreciação de Vossas Excelências, juntamente com o Projeto do Plano Plurianual para o período de 2014 – 2017.

Aproveitamos a oportunidade para destacar nosso enorme respeito a essa casa e renovar protestos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

  
Gonçalo Souto Diogo  
PREFEITO MUNICIPAL

**Projeto de Lei**

---



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS**  
**ESTADO DO CEARÁ**

A

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS

NESTA

Projeto de Lei N.º 20, de \_\_\_\_\_ de agosto de 2013.

APROVADO SEM EMENDAS

Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

PRESIDENTE

SECRETÁRIO

*DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE NOVA RUSSAS, PARA O PERÍODO 2014 - 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2014 - 2017, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 1º, da Constituição Federal, estabelecendo para o período, os programas com seus respectivos objetivos, as ações, as metas físicas e financeiras da administração pública municipal para as despesas de capital e outras delas decorrentes, e para as relativas aos programas de duração continuada, na forma do conjunto de anexos integrantes desta Lei.

Art. 2 As leis de diretrizes orçamentárias conterão, para o exercício a que se referirem os programas do Plano Plurianual, as prioridades que deverão ser contempladas na lei orçamentária anual correspondente.

Art. 3º As receitas necessárias para a execução deste Plano Plurianual serão formadas por recursos próprios do Tesouro Municipal, pelas Transferências Voluntárias dos Governos Estadual e Federal, pelas transferências constitucionais e demais fontes enumeradas no art. 11 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS**  
**ESTADO DO CEARÁ**

Art. 4º Os valores financeiros contidos no demonstrativo dos Programas e ações com metas físicas e financeiras desta Lei, sem caráter normativo, são orçados a preços de junho de 2013, podendo, entretanto, sofrer atualizações monetárias, por ocasião da elaboração dos orçamentos anuais correspondentes, e de conformidade com as demais normas definidas nesta Lei.

Parágrafo Único – Os valores definidos no caput deste artigo são referenciais, não se constituindo em limites para a programação de despesas.

Art. 5º Dependendo da disponibilidade de recursos financeiros e orçamentários, devidamente, em cada exercício do período 2014 - 2017, fica o Poder Executivo autorizado a reajustar o Plano objeto desta Lei, durante o próprio exercício em que decorra a execução orçamentária anual, procedendo, conforme a necessidade, à antecipação, prorrogação, anulação ou mesmo à inclusão de novas ações, metas físicas e financeiras, objetivando ajustá-lo à gestão fiscal constante da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias e de suas metas poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais.

Parágrafo Único – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir, excluir ou alterar ações previstas e suas respectivas metas, desde que tais modificações não resultem em mudanças nos orçamentos do Município.

Art. 7º Excepcionalmente, em função de possível alteração do conceito da ação orçamentária, a ser definida na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, os respectivos projetos de leis poderão propor agregação ou desmembramento de ações, alterações de códigos, títulos e produtos, desde que não modifique a finalidade das ações.

Art. 8º Os programas e ações decorrentes de projetos ou atividades, objeto de abertura de créditos especiais autorizados por lei específica, ficarão fazendo parte, automaticamente, do Plano Plurianual para o quadriênio 2014 - 2017.

Art. 9º Para os exercícios de 2014 a 2017, as prioridades e metas serão definidas, nas respectivas leis de diretrizes orçamentárias.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS**  
**ESTADO DO CEARÁ**

Art. 10. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS, em 30 de agosto de 2013.

Gonçalo Souto Diogo  
PREFEITO MUNICIPAL

## **Emenda Modificativa ao Projeto de lei do Executivo de Nº019/2013, que dispõe sobre a Criação do CMDPD.**

Art. 1º - Modifica-se , onde couber, o termo “ Pessoa Portadora de Deficiência” para PESSOA COM DEFICIÊNCIA”.

Art.2º - Modifica-se, onde couber, o termo “ Deficiência Mental” para “ DEFICIÊNCIA INTELECTUAL”.

### **JUSTIFICATIVA**

A presente emenda visa adequar à nova nomenclatura os termos citados, aprimorando, desta forma o presente Projeto.

Nova Russas- Ce.; 09/09/2013

Kátia Maria dos S. Soares 

Luís Teixeira Freitas 